

DIALOGANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O BEM-ESTAR ANIMAL NO MUNICÍPIO DE REALEZA/PR

MELLO, D.M.S.¹; SCHLEMPER, S.R.M.¹; SCHLEMPER, V.¹; MATEUS, T.L.²; AMÉRICO, G.³; DE BONA, I.F.³; ALBA, D.F.³; SILVEIRA, A.³; VARGAS, K.³; SIGNORI, L.³; SIGNOR, P.D.³; OLIVEIRA, J.³; BAZAN, Y.³; SILVA, P.H.N.³; PEREIRA, B.³.

Área de Estudo: Legislação em Bem Estar Animal

Tipo de trabalho: Dados Experimentais

INTRODUÇÃO: Homens e animais convivem lado a lado desde que ambos surgiram na terra. Nos tempos atuais, evidentemente o homem ainda se relaciona com os animais, sobretudo no contexto de uso desses, em que o domínio e a subjugação dos mesmos aos seus interesses são algo predominante. São usados de várias formas para diversos fins humanos, dos mais banais aos mais vitais. Os objetivos variam de fonte de alimentação, ferramenta de trabalho, modelos biológicos de pesquisas científicas, ou mesmo para situações mais triviais, como para mero entretenimento humano^{1,2,3,4}. Mas esta realidade não se apresenta indiscutível e sem passividade de reflexão. Desde tempos mais antigos, essas relações usuais geram discussões acerca das ameaças e descon siderações à proteção física e psíquica desses animais, assim como a transgressão dos seus direitos fundamentais e bem-estar⁵. No Brasil, a principal lei de proteção aos animais continua sendo a Constituição Federal. É preciso atualizar a legislação vigente e torná-la de conhecimento da população, assim, o poder público poderá se comprometer em fiscalizá-la e a população em cumpri-la. Este projeto tem por objetivo dialogar sobre políticas públicas para o bem-estar animal em Realeza.

METODOLOGIA: O presente projeto foi executado no Município de Realeza, localizado na Mesorregião do Sudoeste do Paraná. As políticas públicas, dentro de uma visão sistêmica são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Esta tipologia sistêmica vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado⁶. Para atingir os objetivos desse projeto, o ciclo deliberativo teve quatro etapas: 1. Planejamento para alocação de recursos humanos (criação de um Grupo de Trabalho – GT, com representantes do Grupo de Bem-Estar Animal da UFFS, do poder público municipal, de outras instituições e da comunidade); 2. Elaboração de um plano de ação; 3. Sistematização do documento norteador das políticas públicas para o bem-estar animal; 4. Encaminhamento à Câmara

¹ Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, Campus Realeza, PR.
denise.mello@uffs.edu.br

² Bolsista do Projeto, UFFS, Campus Realeza, PR.

³ Acadêmicos Voluntários, UFFS, Campus Realeza, PR.

de Vereadores do documento final para análise. O projeto encontra-se na execução da segunda etapa.

RESULTADOS: Os resultados apresentados são parciais. O Grupo de Trabalho (GT) realizou várias reuniões, ampliando a discussão com entidades civis aproveitando encontros mensais (reuniões ordinárias). Foram quatro encontros com representantes da Prefeitura Municipal (11 participantes); reunião da FUNDEC (13 participantes); reunião Grupo Atitude-Força da Mulher do Campo (40 participantes); reunião da Vigilância Sanitária – Mutirão da Dengue (43 participantes); reunião com o Grupo AMA - Associação dos Melhores Amigos (21 participantes). O diálogo aconteceu também em outros cenários como eventos da UFFS (V SEPE), feiras e festas locais (Feira Artesanal, Comercial e Industrial de Realeza; Semana Farroupilha), garantindo-se a participação da comunidade e do poder público. Nesses encontros, além da exposição O GT foi procurado pelo Grupo AMA, formado por moradores dos municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste, para orientação na criação de uma associação protetora dos animais. Desse encontro surgiu o I Colóquio sobre Bem-Estar da UFFS (dividido em três módulos, em andamento). Esse movimento da comunidade externa foi (e será) muito importante para a concretização da próxima ação do GT de gerar um documento norteador das políticas públicas de proteção animal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Grupo de Estudos em Bem-Estar Animal da UFFS tem uma trajetória de ações de ensino, pesquisa e extensão, e já detectou, que no município de Realeza, com 16.338 habitantes, mantendo as devidas proporções, já enfrenta problemas com animais errantes, denúncias de maus-tratos, comercialização de animais silvestres, entre outros. Uma lei, um programa ou uma política pública de proteção animal, para que sejam efetivos, devem cumprir sua finalidade, ser eficientes e ser acatados pela sociedade e órgãos públicos, de modo espontâneo ou provocado. Esse é uma das funções da Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. DIAS, E.C. Os animais como sujeitos de direito. Revista Brasileira de Direito Animal. – Vol. 1, n.1. – Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, 2006.
2. REICHMANN, M. L. A. B. FIGUEIREDO, A. C. C. PINTO, H. B. F, NUNES, V. F. P. Controle de população do Instituto Pasteur, São Paulo, n. 6, 2000,52p.
3. AGNABOSCO, C. População domiciliada de cães e gatos em São Paulo: perfil obtido através de um inquérito domiciliar multicêntrico. São Paulo, 2006. Dissertação de mestrado – Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo.
4. ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em 12/04/2016.
5. PAIXÃO, R. L. Experimentação animal: razões e emoções para uma ética. Dissertação de Doutorado apresentado a Fundação Oswaldo Cruz na Escola Nacional de Saúde Pública; 2001.

6. SOUSA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Palavras-Chave: educação humanitária, proteção animal, legislação, poder público